

Segundo turno terá ao menos 400 votações

Grupos sabem da necessidade do acordo mas prometem que não será fácil vencer

As votações em segundo turno começam dia 25, mas as estratégias que norteiam o desempenho dos diversos grupos em plenário são matérias estudadas e decoradas pelos parlamentares. O longo tempo de aprendizado tem surtido efeito. Direita e esquerda hoje sabem que na marra pouca coisa se consegue em plenário. Foi pensando assim que as esquerdas se uniram para apresentar 180 emendas, das quais cerca de 100 deverão ser destacadas para apreciação. Elas são em sua maioria variações em torno de um mesmo tema. A questão da estabilidade por exemplo aparecerá com três versões, abrindo um leque de possibilidades para um acordo.

E o que o deputado José Genoíno (PT-SP) chama de "folga de manobras". Mecanismo também assimilado pelos conservadores. O Centrão, que fez 42 emendas ao texto e irá destacar todas elas, usará do mesmo expediente, dirigindo seu poder de fogo a apenas 10 pontos considerados prioritários para a defesa da livre iniciativa. A postura dos dois setores — ideologicamente antagônicos — foi de deixar uma brecha para futuros entendimentos.

Mas a coisa não vai ser fácil. Bernardo Cabral (PMDB-AM) estima que cerca de mil destaques serão feitos. Desses, aproximadamente 400 serão votados. Já que os semelhantes são prejudicados e a ausência em plenário do autor da proposta causa sua rejeição automática. Grande parte das supressões sugeridas vêm carregadas de coloração ideológica. Para Genoíno esses pontos não deverão alcançar acordo. O Centrão pensa igual — "princípio não se negocia". Isso significa que além do jogo de cintura demonstrado, outras formas são preparadas para disputar e ganhar votos em plenário.

A esquerda, que é minoria em plenário, conta com a proximidade das eleições para vencer com suas teses. "Ninguém vai querer votar a favor de coisas antipáticas", diz Genoíno. Segundo ele o que vai valer mesmo é o nível de pressão exercido pela sociedade — o que o povo apoiar vai ser difícil cair. Os partidos dessa ala contam, ainda, com um fenômeno chamado quorum. Se ele estiver baixo, como se espera, os progressistas terão mais chances de manipular as votações, esvaziando as sessões quando a questão votada for contrária aos trabalhadores. — "Não daremos número para o Centrão fazer a festa", afirma Genoíno.

O Centrão também pensou nisso. Está convocando seus 197 integrantes para estarem em Brasília a partir do dia 25. Para facilitar-lhes a vida, a secretaria do Centrão está enviando pelo correio o formulário para pedidos de destaque. Os constituintes os recebem, assinam e mandam de volta. Outra providência tomada pelo grupo foi fazer um levantamento da forma como votou cada constituinte — independente de partido — nos dez pontos de seu interesse. Agora eles estão enviando um documento a cada um dos parlamentares, explicando-lhes o ponto de vista da livre iniciativa, incluindo dados demonstrativos sobre as consequências da aprovação de cada emenda.

Pela expectativa de Genoíno, a reunião de lideranças convocada para hoje, com o intuito de se desenvolver acordos sobre temas polêmicos, conseguirá, no máximo, alguns entendimentos para "procedimento" em plenário. Assim sendo, os líderes podem acertar que emendas de teor semelhante sejam votadas em conjunto; ou, ainda, que apenas uma entre elas seja apreciada, dando-se co-autoria às demais. E, ainda, que os assuntos polêmicos sejam votados por partes. Por exemplo, se houver uma emenda suprimindo todo artigo sobre reforma agrária, ela será preferida em favor das emendas que votam o tema item por item.

Ninguém sabe ou pode dizer com certeza quanto tempo irá durar o segundo turno. Regimentalmente são 40 dias. O Centrão acredita que todo o texto será votado em 15 sessões, ou três semanas. E a mesma previsão de Ulysses Guimarães. Entretanto, com a convenção do PMDB, os trabalhos poderão ser atrasados por mais uma semana. Já o deputado José Genoíno é menos otimista — "pode demorar de um a seis meses", diz, afirmando que, se o Centrão começar a suprimir os avanços dos trabalhadores "nós vamos construir".

Se prevalecer o regimento, cada emenda será defendida por duas pessoas, com outras duas contraditando. Os apartes não serão permitidos, mas as questões de ordem sim. Todo o texto será votado de uma só vez, ressalvados os destaques. Desses, apenas os supressivos terão que alcançar o quorum de 280 votos. Os que corrigem erro de português ou visem sanar contradições serão aprovados através de votação simbólica.

Ulysses admitiu a possibilidade de os líderes se reunirem até a próxima sexta-feira, a fim de que, na segunda-feira, "a triagem já esteja concluída". Ele disse que fará um apelo aos constituintes para que estejam em Brasília no próximo dia 25, e acredita que "um entendimento majoritário" facilitará a votação em segundo turno.

JULIO ALCANTARA



Lideranças reunidas, com Ricardo Fiúza na cabeceira, o Centrão nada concluiu e retoma hoje discussão sobre rearticulação

Novo desafio é votar tudo em dez dias

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, reúne-se hoje com as lideranças partidárias para discutir o segundo turno de votação. Ulysses calcula que nesta fase serão realizadas 200 votações, salvo imprevistos, e espera que isto seja feito em dez dias. Ele informou que pretende convocar sessões para os períodos da manhã e da tarde, e disse achar possível a compatibilização dos trabalhos da Constituinte com "os deveres relacionados com as eleições municipais".

Na reunião de hoje, os líderes deverão apresentar as emendas que julgam mais importantes. Ulysses fez um apelo neste sentido, observando que se fossem examinadas as 1.844 propostas, não haveria tempo para que a votação fosse iniciada na próxima segunda-feira.

Segundo Ulysses, a idéia é examinar o que resultou de acordo no primeiro turno de votação, o que foi objeto de fusão, e o que qualificou de "matérias críticas" — aquelas sobre as quais não houve entendimento. Na reunião, será analisado o parecer do relator Bernardo Cabral, para a definição dos pedidos de destaque.

Ulysses admitiu a possibilidade de os líderes se reunirem até a próxima sexta-feira, a fim de que, na segunda-feira, "a triagem já esteja concluída". Ele disse que fará um apelo aos constituintes para que estejam em Brasília no próximo dia 25, e acredita que "um entendimento majoritário" facilitará a votação em segundo turno.

Centrão espera sinal do Governo para voltar

A rearticulação do Centrão para o segundo turno de votações da Constituinte vai depender de como o governo e a iniciativa privada pretendem contribuir com o grupo. Foi o que ficou claro ontem, quando as principais lideranças centristas, inclusive o deputado Ricardo Fiúza (PFL/PE), defensor da volta do Centrão, estiveram reunidas. Durante duas horas, os líderes acabaram fazendo um trabalho paralelo ao do governo no listamento dos pontos superprioritários para mudar no projeto constitucional. Por repetir o levantamento do Palácio do Planalto, a lista centrista acabou sendo recebida por muitos como "dispensável".

A estratégia de mobilização voltará a ser tratada pelas lideranças do Centrão em reunião marcada para as 10 horas de hoje. O otimismo de Ricardo Fiúza, contudo, não contagiou o grupo e muitos saíram do encontro de ontem desestimulados, por entenderem que somente com um levantamento das repercussões dos artigos considerados pelo governo como danosos à economia nacional ou capazes de tornar o País ingovernável, seria possível buscar as mudanças pretendidas.

Um dos centristas comentava que foi com base nos cálculos oficiais que conseguiram restringir a ampla anistia aos microempresários e produtores rurais. Então, disse aos

colegas que não basta querer rearticular o Centrão. É preciso que o Governo aja, também, trabalhando no sentido de sensibilizar cada um dos constituintes que votou até agora com as causas que mais lhe interessa.

Fazendo jus, porém, à principal motivação que lhe deu origem — a defesa da livre iniciativa — o Centrão relacionou nos itens superprioritários muitas alterações no texto que trata dos direitos sociais. Além da jornada de seis horas, da licença-paternidade e do voto aos 16 anos — que coincidem com os interesses do Go-

verno — quer também terminar com o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, com a imprescritibilidade trabalhista no campo, com a estabilidade generalizada para os dirigentes sindicais, com o direito irrestrito de greve. Não cuidou ainda do capítulo das Disposições Transitórias, mas deverá incluir nele a anistia aos micro e pequenos empresários e aos produtores rurais e a anistia fiscal.

O deputado Ricardo Fiúza disse ontem que tem certeza de que conseguirá os 280 votos necessários a mudar pelo menos 15 dos pon-

tos fundamentais para o Centrão. Já o deputado Eraldo Tinoco chegou a brincar com seu otimismo, dizendo que ficou louco. Afinal, lembrou, todos estão preocupados demais com quorum.

Além da parte social, o Centrão quer mudanças no tabelamento de juros, acabar com a proibição da comercialização dos derivados de sangue, com as restrições aos contratos de risco, com os privilégios para as empresas nacionais na prestação de bens e serviços ao Governo, impedir que os impostos sejam criados para vigência imediata, rejeitar o imposto sobre heranças e evitar que o Tribunal Superior do Trabalho perca suas funções atuais.

"Tudo isso é muito bonito", comentou ontem um dos principais articuladores do Centrão, ao assinalar que de nada adianta listar prioridades sem saber com quem contarão no Governo e na iniciativa privada para funcionar a favor das causas que defendem. Todos conhecem os efeitos de inúmeros artigos da nova Constituição, as dificuldades de arregimentação, e estão cientes da previsão de baixo quorum, das dificuldades para a administração do País se não mexerem no texto do primeiro turno. Então, o que vale agora é acertar a forma de ação e isso de modo a assegurar êxito, já que ficou provado nas votações anteriores que o Governo ganha aliado ou não ao Centrão.

Mesquita faz campanha para manter a ilha

Porto Alegre — Em campanha por todo o País para manter a ilha de Fernando de Noronha sob jurisdição da União, o governador do atual território, Fernando César Mesquita, argumentou ontem que o ambiente natural da área será devastado caso ela se transforme em município de Pernambuco, como foi aprovado no primeiro turno da Constituinte. Ele concorda que será muito difícil derrubar este artigo no segundo turno e, por isso, está visitando todos os estados para obter apoio de governadores e líderes políticos. O financiamento para esse roteiro foi obtido através de um leilão de animais — que incluiu galinhas, patos e até peixes — promovido pelos 1.500 moradores da ilha.

O principal argumento de Mesquita para manter Fernando de Noronha como território federal é a distribuição de recursos. Como amigo do presidente José Sarney ele obterá, este ano, através do Fundo de Participação dos Estados, recursos entre Cz\$ 1,5 e dois bilhões. "Se nos transpormos em município pernambucano vamos receber entre Cz\$ 40 e 80 milhões por ano", queixa-se o governador. Mesquita insinuou que o próprio governador Miguel Arraes não tem interesse em ficar com o território. Do governador Pedro Simon, Mesquita obteve um discreto apoio.

Bancos acham que anistia traz inflação

São Paulo — A Associação Brasileira de Bancos Comerciais (ABBC), entidade que congrega 35 bancos de pequeno e médio portes, realizou uma ampla análise sobre o tabelamento dos juros e a anistia financeira aos empresários que fizeram empréstimos durante o Plano Cruzado, chegando a conclusões que conduzem a uma posição rigorosa contra a manutenção desses itens da nova Constituição. Segundo o presidente da ABBC, José Carlos Jacintho de Campos, esses temas podem colocar em risco ou até mesmo retroceder o desenvolvimento da iniciativa privada no País.

— O tabelamento de juros vai sacrificar a liberdade de ação do Governo ao eliminar um indispensável instrumento de administração da política monetária: vai prejudicar o trabalho ao desequilibrar a equação poupança/investimento, podendo gerar crises inflacionárias ou crises de produção. Além disso, poderá provocar a canalização de recursos para fins pouco transparentes e informais, como especulação imobiliária ou cambial (paralelo) — comentou o presidente da ABBC, destacando que a entidade está apelando para o bom senso e visão de futuro dos constituintes durante a votação, em segundo turno, do projeto da nova Constituição.

Lobby feminino apóia homens

O lobby feminino, que inicia hoje no Congresso Nacional uma Vigília Nacional pelos Direitos Fundamentais das Mulheres na Constituinte, já conta com um aliado peso-pesado. Trata-se do presidente Ulysses Guimarães, que em pronunciamento feito durante a entrega do relatório com o parecer sobre as emendas, disse que gostava do projeto porque ele refletia em seu conteúdo uma forte tendência a amparar os menos favorecidos e a luta das mulheres. A briga promete ser feia, pois o lobby feminino vai lutar particularmente para ver mantido no texto a licença-paternidade, que o presidente sabe que não

conta com a simpatia da maioria dos líderes.

Para reivindicar a manutenção dos dispositivos, as lobistas lembram que a matéria foi aprovada por 337 votos, equivalentes a 78% dos constituintes presentes em plenário. "Estamos centrando fogo nesta questão porque sabemos que ela é uma das mais visadas para supressão", avisou Nair Goulart, conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Para Nair, estão tentando retirar da Constituição um dos pré-requisitos básicos das relações humanas. "A licença-paternidade é uma nova base de uma nova relação conjugal na sociedade brasileira".